

INFORMÁTICA E DEMOCRACIA DIRETA: DIRETA PARA QUEM?¹

Mário G. Losano

1. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Nos últimos tempos, a democracia direta tem sido contraposta, sempre com mais frequência, à democracia representativa. As estruturas parlamentares e partidárias atravessam (e não só na Itália) uma crise que, não raro, é comparada àquela dos anos da República de Weimar². A essa crise, o Movimento Cinco Estrelas contrapôs com sucesso um retorno à democracia direta de memória greco-clássica, realizada, porém, por meio dos instrumentos oferecidos pela informática e pela rede. Francesco Pallante – docente de direito constitucional na Universidade de Turim – analisa esse debate e essa solução em seu livro *Contra a democracia direta (Contro la democrazia³)*: estudo que não é contra a democracia direta em geral, mas sim contra a forma específica de democracia direta proposta hoje no contexto político italiano. Visto que o instrumento para realizar essa nova democracia direta é a informática, no livro de Pallante são tratados com equilíbrio os dois aspectos da questão: a noção geral de democracia direta, por um lado, e a democracia direta assim como é proposta hoje na Itália, por outro.

As primeiras cinquenta páginas ilustram a noção geral de democracia direta e, por razões de brevidade, serão aqui expostas de forma concisa. A segunda metade, por sua vez, examina – para usar os títulos de dois capítulos – o *Conformismo à 5 Estrelas (Conformismo a 5 Stelle)*, segundo o qual a democracia informatizada de “hipótese ‘de ficção científica’ torna-se realidade” (“*ipotesi ‘fantascientifica’ diventa realtà*”): nessas páginas os temas informáticos ocupam uma posição de primeiro plano.

¹ Traduzido por Judá Leão Lobo, doutor em História do Direito pelo PPGD/UFPR. Coordenador do Curso de Direito e professor do Curso Técnico em Serviços Jurídicos do Instituto Federal do Paraná, campus Palmas. E-mail: juda.llobo@gmail.com.

² Sobre esse passado que parece retornar, cfr. a literatura citada em Losano, *Democrazia senza democratici: Weimar alle porte?*, em Hans Kelsen, *Due saggi sulla democrazia in difficoltà (1920-1925)*, Aragno, Torino 2018, pp. V-XXII.

³ Francesco Pallante, *Contro la democrazia diretta*, Einaudi, Torino 2020, 133 pp.

Em particular, a primeira parte do volume expõe também as causas que conduziram à situação atual, em que prevalece o privado (ou, na verdade, uma concepção de “público” como soma de tantos “privados”), enquanto a ideia básica do volume é de que o público “é intrinsecamente distinto do privado” (p. 6). A segunda parte, por sua vez, expõe “uma possível perspectiva futura” (ivi). Em seu todo, esse livro é particularmente recomendável porque entrelaça os argumentos politológicos com os informáticos, trazendo assim à luz as dificuldades que podem surgir (ou que já surgiram) na práxis política.

Com efeito, a informática é aplicada não no vazio, mas sim por pessoas (que têm sua trajetória pessoal e política) em um contexto social específico (que tem sua história institucional e seus vínculos preexistentes). A passagem do desenho político a sua realização em uma sociedade específica jamais ocorre plenamente, mas requer ajustes e renúncias. O experimentou o Movimento 5 Estrelas, que, passando da oposição ao governo, precisou redimensionar, não raro drasticamente, seus ambiciosos projetos iniciais. Por isso, agora ele se está dividindo entre realistas maleáveis e intransigentes dos primeiros tempos. Estes últimos acusam os realistas de haver traído os ideais fundantes do Movimento, e um desiludido militante os censura (na Internet) como “*badogliani*”⁴ do terceiro milênio”⁵.

2. A DEMOCRACIA DIRETA DA TEORIA À REALIDADE

A democracia direta deita suas raízes na Grécia clássica. Após ter posto em comparação o *idiòtes* (que se ocupa apenas do próprio privado, *ìdios*) com o *civis* romano ou *polìtes* grego (que procura “dar uma dimensão também coletiva à própria existência” na *civitas* ou *pòlis*, p. 6), Francesco Pallante resume assim a tese fundamental de sua análise: “Os instrumentos em

⁴ A Pietro Badoglio (1871-1956) – sucessor de Mussolini como chefe do governo de 25 de julho de 1943 a 8 de junho de 1944 – deve-se o armistício de 8 de setembro de 1943, a inversão das alianças e a divisão da Itália. Com frequência, seu nome tornou-se sinônimo de traição, como o verbo “*badogliare*” ou o substantivo “*badogliata*”. No contexto citado pelo Movimento Cinco Estrelas, portanto, “*badogliano*” significa “traidor”. No movimento *partigiano*, porém, os “*badogliani*” eram os *partigiani* monárquicos do lenço azul (a cor dos Savóia). Silvio Bertoldi é autor de vários livros sobre Badoglio, dentre os quais *Badoglio. Il Maresciallo d'Italia dalle molte vite*, Milano, Rizzoli 1993, 269 pp.

⁵ Annalisa Cuzzocrea, *Attacco finale a Casaleggio. Dai 5S una legge per sottrargli il controllo degli iscritti*, “La Repubblica”, 17 de agosto de 2020, p. 11.

torno dos quais se articulam nossas instituições democráticas – o voto, as eleições, a representação, o referendo, os partidos, as primárias (*le primarie*)⁶, e assim por diante – [são] hoje essencialmente utilizadas de modo ‘idiota’, em vez de ‘político’: como meios pelos quais se perseguem interesses privados e não o interesse público. Redescobrir a dimensão política da existência humana é a prioridade. O problema é que, hoje, nenhuma das propostas objeto de debate público parece caminhar nessa direção” (p. 7).

Em comunidades antigas ou restritas, talvez tenha existido um querer unânime dos (poucos) associados, que podia ser expresso por um chefe: mas “estamos diante de conjecturas indemonstráveis, ainda que dotadas de força persuasiva” (p. 9). Na realidade, constata-se uma progressiva separação entre governantes e governados: historicamente, o modelo assemblear proposto por Jean-Jacques Rousseau se contrapunha ao modelo monocrático teorizado por Thomas Hobbes, e se distinguia do modelo representativo promovido por Montesquieu. Logo, o debate atual tem raízes antigas. “Nas experiências constitucionais contemporâneas, a assembleia popular é instrumento quase extinto. Sobrevive em pouquíssimas realidades, como a República de San Marino, por exemplo, onde está previsto que o *Arengo* – assim se chama a reunião local do povo – reúna-se duas vezes por ano para permitir a todos os participantes apresentar diretamente propostas e demandas ao órgão legislativo” (p. 15).

Todavia, o exemplo mais conhecido de democracia direta é o da Suíça, ao qual, em 2016, se havia referido o porta-voz do Movimento 5 Estrelas: “O sistema suíço é o nosso farol: é o que preferimos e no qual mais nos inspiramos” (p. 115). Na realidade, a democracia direta pode ser operante em um Estado maior que a República de San Marino por razões não reprodutíveis alhures: o sistema constitucional suíço não é reconduzível nem ao sistema parlamentar, nem ao sistema presidencialista e, ademais, o seu “regime diretorial” opera em um

⁶ Por *as primárias (le primarie)*, o autor citado se refere às eleições primárias na Itália, consistentes, em síntese, na escolha dos candidatos a serem lançados pelos partidos, de forma semelhante ao que ocorre nos Estados Unidos. Em tese, são um laboratório de democracia direta e, nesse sentido, um exemplo inspirador para outros contextos político-constitucionais. Assim como outros, esse aspecto contido no presente texto destaca a importância de sua difusão entre o público brasileiro, habituado ao esvaziamento dos espaços democráticos e ao predomínio do interesse de alguns sobre a vontade de muitos: na política, nas instituições, na sociedade. Para uma reflexão sobre a histórica disputa entre igualdade e hierarquia no Brasil, especialmente quanto à escolha dos candidatos nos partidos, cfr. Judá Lobo e Otávio de Souza, A liberdade de expressão entre monarquia e república: uma história de igualdade e hierarquia na Curitiba de 1889, *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, São Paulo, v. 5, n. 3, 2018, pp. 68-92 (<https://doi.org/10.19092/reed.v5i3.285>). [Nota do Tradutor].

Estado federal. Sem aprofundar mais no modelo helvético, “é evidente a ingenuidade de quem assume como modelo a Suíça” (p. 119) para trazer a democracia direta à Itália.

Hoje, os instrumentos de democracia direta são, em geral, “o referendo, a iniciativa legislativa popular, o direito de petição, o *recall* [a remoção de um eleito antes do fim do mandato, nos EUA] e as eleições primárias” (p. 15): mas são instrumentos marginais em face da atividade parlamentar dominante.

Em geral, “democracia direta e democracia indireta são dois regimes de governo inspirados no ideal democrático, segundo o qual deve haver coincidência entre governantes e governados. A eles, contrapõem-se monarquia representativa e parlamentarismo representativo (com sufrágio restrito), regimes de governo inspirados no ideal oposto, o da representação, segundo o qual deve haver separação entre governantes e governados. A democracia representativa é o modelo que, concretamente, reduz à síntese os dois ideais abstratamente dicotômicos” (p. 28), e é, porém, o modelo que hoje parece entrar em crise.

De fato, a democracia representativa exige o sufrágio universal e, portanto, os partidos de massa que o organizam. Porém, eles acabam por expropriar o povo do poder decisório: assim ocorreu progressivamente na Itália a partir dos anos oitenta, quando o assassinato de Aldo Moro e a exclusão de qualquer relação com o Partido Comunista Italiano (no congresso democrata cristão de 1980) assinalaram a passagem ao Pentapartido, o desaparecimento da “questão moral” da agenda política e o fim da centralidade do parlamento⁷. O capítulo sobre *O Estado subsidiário* (*Lo Stato sussidiario*, pp. 30-38) permite percorrer, de forma sintética mas precisa, a parábola que conduziu à crise contemporânea da democracia representativa e à sequência de reformas que mudaram o sistema institucional italiano (em detalhe: *Entre ‘governance’ e governabilidade* [*Tra ‘governance’ e governabilità*, pp. 39-47]), conduzindo ao *Retorno do líder carismático* (*Ritorno del leader carismatico*, pp. 48-56): isto é, aos anos do

⁷ Gianfranco Pasquino, *Restituire lo scettro al principe. Proposte di riforma istituzionale*, Laterza, Roma - Bari 1985, 199 pp.: o “príncipe” é o povo, que perdeu o “cetro”, a soberania. Note-se o subtítulo: as “propostas de reforma institucional” são o sistema eleitoral majoritário e a investidura direta do chefe de governo “por meio de adequados instrumentos de democracia direta” (eleições primárias e referendo, p. 31).

governo Berlusconi, no qual o partido é “uma ramificação pessoal sua” (p. 50), ou – como polemizava Norberto Bobbio – um “partido não-partido”⁸.

A crise da democracia foi recordada acima a propósito da República de Weimar, mas compreende a Europa dos anos trinta; atingiu a América Latina nos anos setenta; agora, os estudiosos americanos se perguntam se ela não estaria em declínio nos Estados Unidos de Trump⁹; e a questão pode estender-se ao Brasil¹⁰, para não falar da Europa oriental ou da Turquia contemporâneas.

3. A DEMOCRACIA DIRETA DO MOVIMENTO 5 ESTRELAS E A PLATAFORMA ROUSSEAU

O clima italiano ilustrado até aqui explica a sorte da proposta de passar à democracia direta “em detrimento das tradicionais formas de mediação e controle”, reduzindo o número de parlamentares, introduzindo o vínculo de mandato¹¹ e o limite de dois mandatos eletivos, reduzindo os órgãos de intermediação¹² e intensificando o uso dos referendos. A sustentar essas medidas esteve o Movimento 5 Estrelas (não um partido, portanto): “o mais votado na primeira participação em uma eleição nacional”, tendo obtido a “maioria de governo na segunda tentativa: uma façanha anteriormente realizada apenas por Silvio Berlusconi” (p. 57). Como

⁸ A polêmica contra o berlusconismo se repete em numerosos escritos de Bobbio, examinados no capítulo *Il ventennio di Berlusconi e la democrazia offesa*, em Losano, *Norberto Bobbio. Una biografia culturale*, Carocci, Roma 2018, pp. 378-385.

⁹ Steven Levitsky - Daniel Ziblatt, *How democracies die. What history reveals about our future*, Penguin, New York 2018, 312 pp. (cfr. também o prefácio à edição italiana: *Come muoiono le democrazie*, Laterza, Roma-Bari 2019, XXIX-291 pp.).

¹⁰ Losano, *La libertà d'insegnamento in Brasile e l'elezione del Presidente Bolsonaro*, Mimesis, Milano 2019, 221 pp.

¹¹ Embora a Constituição italiana a vede no art. 67, a doutrina do vínculo de mandato não deixa de ter apelo na Itália. Também no Brasil inspira, e deveria inspirar mais, o imaginário político e a opinião pública. Em breve síntese, consiste na proposta de que os representantes devem manter-se fiéis ao programa político pactuado com sua autoridade constitutiva. Caso se desviem de suas propostas iniciais, podem ser sancionados pelos representados não só com a não reeleição, mas sobretudo com a revogação do mandato antes do término protocolar. [Nota do Tradutor].

¹² No cap. IX, *Sem mediações! (Senza mediazioni!*, pp. 72-81), descreve-se com sintética precisão o esvaziamento dos sindicatos e da escola: “A rejeição de confiar na mediação de quem sabe mais que nós [...] é em tudo análoga à rejeição de confiar na representação dos eleitos (também eles uma forma de mediação): cada um pretende fazer tudo *diretamente*” (p. 81).

instrumento para realizar a democracia direta pretendida por aquele Movimento, construiu-se, em 2016, a Plataforma Rousseau, que, na Internet, anuncia-se assim: “Descubra a plataforma de democracia direta sem igual no mundo” (rousseau.movimento5stelle.it).

Encontramo-nos em presença de um *unicum* não apenas na política italiana. A Plataforma Rousseau – criada originalmente pela sociedade de consultoria informática “Casaleggio Associati srl”, que desde 2005 já geria o blogue de Beppe Grillo – foi doada ao “Movimento 5 Estrelas” em 2016 e hoje é gerida pela “Associação Rousseau”, que não depende do Movimento, mas sim de Davide e Gianroberto Casaleggio. Em 2016, quando morreu Gianroberto (fundador, com Beppe Grillo, do Movimento 5 Estrelas), a gestão da sociedades passou ao filho Davide, por uma espécie de informal e tácita sucessão dinástica. As relações entre a gestão da Plataforma Rousseau e as atividades políticas do Movimento 5 Estrelas são pouco transparentes e, no verão de 2020, geraram uma série de tensões, aqui apenas esboçadas abaixo, mas relevantes para compreender como a gestão da democracia direta não é fácil¹³.

Os eleitos do Movimento depositam à “Associação Rousseau” uma soma mensal de 300 euros, subtraída da remuneração deles, ao que se acrescentam várias “microdoações”, em um total superior ao milhão de euros no ano de 2018. Com efeito, “multiplicando aqueles 300 euros pelos 418 eleitos obrigados a pagá-los (295 parlamentares, 14 eurodeputados e 109 conselheiros regionais), chega-se a mais de um milhão e meio de euros por ano. Dinheiro demais para uma associação sem fins lucrativos”¹⁴. Os inscritos no Movimento gostariam de maior clareza na gestão desses fundos e, em sinal de protesto, um número crescente de eleitos não faz o depósito.

“O maior tesouro [da associação], porém, é outro: são os dados dos 175.534 inscritos certificados junto ao Movimento”¹⁵: e aqui surge um outro conflito. Somente os inscritos na Plataforma têm o direito de votar sobre os temas propostos de tempos em tempos. O problema é: sobre quais temas decidem os inscritos? As possibilidades são duas. Em um caso, com base no princípio de uma democracia verdadeiramente direta, os inscritos são chamados a decidir sobre toda questão política à ordem do dia: verifica-se, assim, o congestionamento ingerível da

¹³ As tensões aqui recordadas conduziram à ruptura entre o Movimento 5 Estrelas e a Plataforma Rousseau, que, desde o verão de 2021, não faz mais parte do Movimento: cfr. Laura Mari, *M5S, addio a Rousseau: dalla prossima settimana il Movimento lavorerà a una sua piattaforma*, “La Repubblica”, 08 de abril de 2021.

¹⁴ Annalisa Cuzzocrea, *Attacco finale a Casaleggio. Dai 5S una legge per sottrargli il controllo degli iscritti*, “La Repubblica”, 17 de agosto de 2020, p. 11.

¹⁵ *Ivi*.

‘democracia contínua’, ao qual se voltará em breve. Em vez disso, no outro caso, quem controla a Plataforma decide seletivamente quais temas submeter aos inscritos: dessa forma, porém, depara-se com uma contradição fatal para a democracia direta informática, porque o poder real é detido por quem formula as demandas, e apenas com base nelas os inscritos na Plataforma poderão exprimir-se. O problema da escassa transparência organizativa examinado até aqui adquire, dessa forma, uma relevância dramática.

No caso específico do Movimento 5 Estrelas, existe uma situação conflituosa sobre a gestão da Plataforma, e, portanto, também sobre quem indica os temas postos em discussão: “Rousseau deve ser um instrumento; – afirma o deputado 5 Estrelas Riccardo Ricciardi, – os conteúdos, as questões, os prazos devem ser decididos pelas pessoas que fazem parte do M5S e que são legitimadas para coordená-lo. Ativistas, porta-vozes, o importante é que haja uma linha de demarcação entre os conteúdos e o instrumento. Estou seguro de que o que é posto em votação é sempre proposto e avaliado pelo chefe político, mas em defesa do próprio Movimento – visto que essas demandas nos são apresentadas muito frequentemente inclusive pelos eleitores –, creio que seja necessário distinguir entre as pessoas que fazem parte do M5S e as pessoas que fazem parte de Rousseau”¹⁶.

Uma outra peculiaridade do Movimento 5 Estrelas diz respeito ao elenco dos inscritos na Plataforma, os quais são, no mais, os votantes que determinam a orientação política do Movimento. O controle dos inscritos fica nas mãos de Casaleggio, e não do Movimento: “Ninguém, exceto os sócios de Rousseau, tem acesso àquelas listas. Nem mesmo o chefe político, os avaliadores éticos (*probiviri*) ou o conselho fiscal”. Essa disfunção gera tensões: “Relata o senador Emanuele Dessì, definindo [Davide] Casaleggio como um ‘príncipe hereditário sem qualidade’, que em 2014, quando era candidato a prefeito de Frascati, havia requerido a possibilidade de contatar os inscritos do lugar para lhes informar de suas iniciativas. ‘Te faço uma concessão – respondeu-lhe o jovem Casaleggio –, te ponho em contato com eles, mas eu mando os e-mails’”¹⁷.

¹⁶ Annalisa Cuzzocrea, Ricciardi: *“L’azienda gestisca solo il software di Rousseau. Il M5S deve essere autonomo”*. *Intervista al vice-capogruppo dei 5 Stelle alla Camera*, “La Repubblica”, 19 de agosto de 2020, p. 8.

¹⁷ Annalisa Cuzzocrea, *Attacco finale a Casaleggio. Dai 5S una legge per sottrargli il controllo degli iscritti*, “La Repubblica”, 17 de agosto de 2020, p. 11. E ainda: “Há dias, mais parlamentares 5 Estrelas denunciam o poder extraordinário do filho do cofundador dentro do Movimento. Ao ponto de preparar, como revelado pela ‘Repubblica’, uma norma que torne ilegítimo o seu tesouro: os dados de todos os inscritos” (Annalisa Cuzzocrea,

Além da gestão das finanças e dos inscritos, um problema ulterior deriva da natureza privada da sociedade de consultoria “Casaleggio Associati”, que não gerencia apenas a Plataforma Rousseau, mas que atua também no mercado como qualquer outra sociedade de consultoria. O seu vínculo com um movimento político gera conflitos de interesse porque “trabalha em uma zona cinzenta em que negócios e política arriscam entrecruzar-se. E, nos anos anteriores, não passaram despercebidos o apoio (mediante pagamento), como *sponsor* ou como *partner*, de pesquisas sobre *e-commerce*, *blockchain*, *digital food strategy* e *smart company*, [a empresas que] – inevitavelmente – estavam interessadas em medidas em preparação junto ao executivo. Ou os 600 mil euros pagos pela Moby (ferryboats) para um plano estratégico e de comunicação quando, no ministério dos transportes, estava Danilo Toninelli [o Ministro 5 Estrelas das infraestruturas e dos transportes no Governo Conte I]. Nada de ilegal obviamente [... , porém] sem jamais ter sucesso em exorcizar de todo – como no caso do empréstimo garantido pelo Estado [concedido à Casaleggio Associati] – o incômodo fantasma do conflito de interesses sobre a Casaleggio Associati”¹⁸.

Esse entrelaçamento inédito entre empresa privada e movimento político foi criticado por sua anomalia institucional e por sua potencial fragilidade informática.

Primeiro, examinemos a anomalia institucional. A crítica de Pallante parte dos dados fornecidos por Davide Casaleggio sobre as características da Plataforma Rousseau: “onze funções, cem mil inscritos, duzentas e trinta e duas votações on line, ‘uma rodada de voto a cada vinte dias de 2012 até hoje’. A miséria desses números é reluzente. Uma força política que obtém um terço dos votos computados deveria contar milhões de inscritos”; em vez disso, “a votação que confirmou Di Maio no papel de ‘chefe político’ envolve tão somente 56.127 votantes. [...] A consulta sobre a aliança de governo com o Partido Democrático vê a participação aumentar de alguns milhares de unidades, atingindo os 79.634 cliques”. Essa “distorção abissal em face do número de votos recolhidos nas eleições políticas (quase onze milhões), – conclui Pallante –, diz muito sobre a escassez de perspectiva da democracia eletrônica” (p. 59).

Il manager isolato nel Movimento "Dobbiamo lasciarci alle spalle il passato", “La Repubblica”, 18 de agosto de 2020, p. 10).

¹⁸ Ettore Livini, *La misura è per realtà [sic] in crisi Covid. Ma per l'ex Canestrari "durante il lockdown la società ha aumentato il fatturato"*, “La Repubblica”, 19 de agosto de 2020, p. 8: e o aumento do faturamento seria incompatível com a concessão daquele empréstimo.

Obviamente oposta a posição de Davide Casaleggio, o qual, no “Washington Post” de 19 de março de 2018, escrevia que a Plataforma “permite aos cidadãos fazer parte da política. A democracia direta, tornada possível pela Internet, deu uma nova centralidade aos cidadãos e, ao final, levará à desconstrução das atuais organizações políticas e sociais. A democracia representativa – a política por delegação – está gradualmente perdendo significado” (ivi).

Toda plataforma informática é vulnerável, e também a Plataforma Rousseau corre ao menos dois perigos.

O primeiro provém do interior e diz respeito ao uso irregular dos dados pessoais dos inscritos no Movimento. Efetivamente, a Plataforma foi sancionada duas vezes: em 2018, a Vigilância da Privacy (*Garante della Privacy*)¹⁹ aplicou uma multa de 32.000 euros pelo tratamento ilícito de dados pessoais, enquanto, no ano seguinte, a multa de 50.000 euros dizia respeito à tutela insuficiente dos dados dos inscritos durante uma votação online²⁰. De forma mais ampla, está aberta a discussão sobre se, e em que medida, a Plataforma Rousseau garante o sigilo do voto dos inscritos.

O segundo perigo vem do exterior e diz respeito às intervenções de *hackers* que destruam ou alterem os dados memorizados. Esse perigo está particularmente presente nas plataformas ligadas à atividade política: basta evocar, aqui, as atividades de “Cambridge Analytica”, não apenas nas eleições de Donald Trump²¹. Mas os exemplos podem multiplicar-se. Hoje em dia, a informática é um instrumento usado nas guerras não só políticas. O diplomata

¹⁹ A Itália conta com uma autoridade administrativa independente para assegurar a proteção dos direitos e liberdades fundamentais, bem como da dignidade humana no tratamento dos dados pessoais. Trata-se do *Garante per la Protezione dei Dati Personali*, instituído pela Lei italiana n. 675, de 31 de dezembro de 1996. É um órgão colegiado, composto por quatro membros eleitos pelo parlamento, dois por cada uma das casas legislativas. Uma vez designados, os integrantes do *Garante della Privacy*, como o designa Losano, ou da *Vigilância da Privacy*, como traduzi a expressão, elegem um presidente, com voto de minerva em caso de empate. O *Garante* encontra paralelo, no ordenamento brasileiro, na Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, ambos instituídos pela Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais (LGPD), isto é, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. [Nota do Tradutor].

²⁰ *Provimento sobre data breach*, de 4 de abril de 2019: “Verificado o ainda incompleto adimplemento do provimento de 21 de dezembro de 2017, e verificadas as carências relativas aos perfis de segurança de que se trata na motivação: - 1. determina, nos termos do art. 58, inciso 2, alínea d) do Regulamento, à Associação Movimento 5 Estrelas e à Associação Rousseau, responsáveis pelo tratamento [dos dados pessoais], prover nos modos e nos termos de que se trata no par. 4.1, pontos 1, 2, 3 e 4; - 2. conforme o art. 58, parágrafo 2, alínea i) do Regulamento, determina à Associação Rousseau, responsável pelo tratamento e em tal qualidade transgressora, o pagamento, dentro de 180 dias da data de recepção do presente provimento, de 50.000 euros a título de sanção pela violação do disposto pela combinação dos arts. 32 e 83, parágrafo 4, alínea a) do Regulamento” (<https://www.garanteprivacy.it/home/docweb/-/docweb-display/docweb/9101974>).

²¹ Nazzareno Tirino, *Cambridge Analytica. Il potere segreto, la gestione del consenso e la fine della propaganda*, Libellula, Lecce 2019, 193 pp.

italiano Fabio Rugge, do Observatório sobre a segurança cibernética do Istituto per gli Studi di Politica Internazionale (ISPI), reuniu uma série de ensaios que ilustram como, atualmente, são os próprios Estados que usam a intervenção informática para atos hostis em todos os níveis²².

4. DEMOCRACIA INFORMATIZADA E NEOLIBERALISMO

Em teoria, o parlamento poderia ser substituído pela democracia direta, coisa que, porém, não podia ser posta em prática até agora porque a democracia direta é praticável apenas em pequenas comunidades. Contudo, a tecnologia modificou a situação, e já em 1978 Bobbio prefigurava a “hipótese, por enquanto de ficção científica, de que todo cidadão possa transmitir o próprio voto a um cérebro eletrônico estando comodamente em casa e pressionando um botão”²³. Aproximadamente dez anos depois, essa visão cessava de ser “ficção científica” e se traduzia em realidade nas eleições estadunidenses de 1992, quando o *outsider* Ross Perot lançou a *digital democracy*, e nas incursões políticas efetuadas na Europa, a partir de 2009, por vários partidos libertários que se referiam aos “Piratas”²⁴.

Paralelamente à difusão da informática, afirmou-se a visão neoliberal de sociedade, sintetizada na frase – atribuída a Margareth Thatcher – “A sociedade não existe, existem somente os indivíduos”: frase que é também o título do capítulo X do volume em exame, no qual se lê que o thatcherismo é voltado “ao objetivo da soberania individual. A afirmação pessoal é, nessa perspectiva, a única medida de juízo. O indivíduo escolhe e decide por si mesmo, e é plenamente responsável pelas escolhas que efetua. Não há limite ao sucesso, não há limite ao fracasso. Ninguém deve nada a ninguém. Eventuais vínculos de solidariedade talvez possam derivar da consciência individual, mas certamente não da imposição do Estado”

²² Fabio Rugge (editorado por), *Confronting an “Axis of Cyber”. China, Iran, North Korea, Russia in Cyberspace*, Ledizioni, Milano, 2018, pp. 181. O livro pode ser baixado na página do ISPI (<https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/global-race-technological-superiority-discover-security-implications-24463>).

²³ Norberto Bobbio, *Democrazia rappresentativa e democrazia diretta*, em Guido Quazza (editorado por), *Democrazia e partecipazione*, Stampatori, Torino 1978, p. 34.

²⁴ Mario Galleri, *Partiti senza rete: la politica digitale. Da Ross Perot a Forza Italia e ai Democratici di Sinistra, 1992-2002*, Lacaíta, Manduria 2004, 307 pp.; Oskar Niedermayer (ed.), *Die Piratenpartei*, Springer, Wiesbaden 2013, 257 pp.; Nadia Urbinati, *La democrazia in diretta. Le nuove sfide alla rappresentanza*, Feltrinelli, Milano 2013, 200 pp.

(p. 86). Em outros termos, portanto, fim dos direitos sociais (“saúde, casa, instrução, trabalho, previdência, assistência”) e concentração “no alargamento do reconhecer-se na autodeterminação dos indivíduos” (p. 89). Aliás, essa “autodeterminação dos indivíduos” está na raiz do anticientificismo hoje difuso, dos antivacina aos terraplanistas, dos negacionistas da aterrissagem estadunidense na lua, ou do Holocausto, aos negacionistas da pandemia de Covid-19.

“Longe de conduzir à valorização dos indivíduos”, porém, “a afirmação da soberania individual conduz à desagregação da coletividade em uma multidão de sujeitos isolados e abandonados a si mesmos”, como já havia ressaltado Hans Kelsen em 1929²⁵.

A essa multidão de desenraizados, a informática é apresentada como o moderno instrumento de redenção: “A tese de que a *web* é o meio que, no mundo contemporâneo, no mundo da pós-sociedade, permite aos indivíduos manterem-se em relação recíproca é fruto de uma visão perfeitamente compatível com a ideologia thatcheriana. A Rede como resultante de inúmeras conexões interindividuais horizontais, entre si amarradas de forma imprevisível e espontânea – não o Estado como estrutura organizada de relações de poder estratificadas em dimensão vertical”; isto é, “uma sociedade finalmente liberta do jugo dos corpos intermédios. A Internet, nessa perspectiva, não é um instrumento, mas um novo princípio de ordem destinado a desarticular e reconstruir toda a existência coletiva” (p. 92 s.).

Essa inovação radical foi assimilada pelos políticos, provocando uma inversão dos papéis entre política e tecnologia que encontra seu símbolo no encontro entre Tony Blair e Bill Gates. No congresso do *New Labour* de 1997, Tony Blair anunciou seu projeto de informatização da sociedade britânica e, em particular, da escola: “Para demonstrar sua determinação, o neo primeiro ministro britânico consegue ser recebido por Bill Gates, para obter a benção deste. Uma reviravolta de papéis históricos, que não passa despercebida de um jornalista atento como Vittorio Zucconi: ‘Incrível, um homem de negócios que concede o seu *imprimatur* ideal à ação do governo de um Estado soberano e importante, como o Reino Unido’. Que as novas tecnologias mudaram o nosso modo de estar no mundo é indubitável” (p. 94).

²⁵ Hans Kelsen, *Essenza e valore della democrazia*. Editorado por Agostino Carrino, Giappichelli, Torino 2004, p. 63 s., citado na p. 89.

Eis, então, “o primeiro *summit* entre a esquerda e a Internet” no relato de Vittorio Zucconi:

Ocorreu a primeira reunião de cúpula internacional entre um presidente e um cê-dê-efe. Foi o encontro da new age diplomática, o sinal de que também a política e a diplomacia estão entrando verdadeiramente no terceiro milênio. Teve lugar ontem em Londres, e [...] nele estavam um político, o premiê inglês Toni Blair, e um homenzinho com os óculos espessos de míope e o ar um pouco antipático de primeiro da classe, sem outro título que não fosse o seu nome já imenso: Bill Gates. Entre iguais, de potência para potência, Blair e Gates conversaram, discutiram, concluíram acordos, registraram divergências e emitiram comunicados finais que as pessoas leram, dessa vez, com atenção. Porque entre aqueles dois homens não se ficou de papo furado, mas se discutiu e decidiu sobre recursos, sobre trabalho, sobre instrução para os filhos e, portanto, sobre o futuro. Decidiu-se que Gates e seu império do software, Microsoft, ajudarão Blair a modernizar as escolas britânicas e a conduzir as crianças inglesas em direção ao amanhã. Estamos, então, já bem além das modas e dos entusiasmos tecnológicos, bem além das hoje batidas polêmicas ideológicas sobre o computador, a Internet, os grandes irmãos e as pequenas irmãs. Para conduzir as escolas inglesas ao século XXI, o líder de uma grande nação, e o chefe da esquerda mais moderna da Europa, passa por cima das comissões de estudo, dos ministérios, dos escrúpulos formais e vai diretamente à fonte, vai junto ao senhor mundial dos *bits*, junto ao *cyber* imperador em pessoa, Gates. Muitos governos, no passado, concluíram acordos com industriais e com empresas para produzir, para modernizar, para comercializar. Mas nenhum jamais havia confiado a um businessman privado, a um empreendedor e ao seu produto, a mente e as esperanças das novas gerações. Certamente, jamais nenhum que se proclamasse ‘de esquerda’. E não foi o político que se dignou a receber o cê-dê-efe, mas foi o cê-dê-efe bilionário Gates que deu a sua benção ao político. ‘*Mister Gates* – reconhece o comunicado emitido pelo gabinete do premiê britânico – aprova e apoia plenamente o plano do governo de Sua Majestade para vincular as aulas escolares à Internet ainda no ano de 2002 e para melhorar a experiência educativa de todos os estudantes, jovens ou velhos’²⁶.

Entre os instrumentos para realizar a democracia direta informática, o programa “Liquid Feedback” foi experimentado pela “Piratenpartei” alemã²⁷ e pelo Movimento 5 Estrelas na administração municipal de Turim²⁸, onde aquele programa foi usado para avaliar com os cidadãos alguns projetos de interesse local, como um parque público ou as ciclovias. A aprovação do projeto em si ocorreu com percentuais altos, o que perde o significado, porém,

²⁶ Vittorio Zucconi, *Vertice a Downing Street tra Blair e il re dei computer*, “La Repubblica”, 8 de outubro de 1997 (<https://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/1997/10/08/vertice-downing-street-tra-blair-il-re.html>).

²⁷ Do sítio da “Piratenpartei”: “Como partido fundado sobre a democracia de base, naturalmente procuramos os instrumentos que facilitem a formação da opinião política e o processo decisório. Visto que, em 2009, não existia um instrumento que se adaptasse às exigências da “Piratenpartei”, por iniciativa da “Piratenpartei” foi desenvolvido ‘LiquidFeedback’: é um software livre, fundado sobre o princípio da *Liquid-Democracy*” (<https://www.piratenpartei-nrw.de/mitmachen/arbeitsweise/liquid-feedback/>).

²⁸ “A partir de hoje [2 de março de 2018], está *online* a plataforma da Cidade de Turim WeGovNow, com algumas das suas funcionalidades: FirstLife e LiquidFeedback” (<http://www.torinosocialinnovation.it/wegovnow-online-la-piattaforma-per-votare-i-progetti-socio-culturali-di-axto-azione-4-01/>).

quando se consideram os valores absolutos da participação: cinco participantes para a ciclovía, quarenta e oito para uma área esportiva.

Chega-se, assim, a uma constatação que diz respeito a quase todos os projetos de democracia direta informática: “Os inscritos são pouquíssimos em face dos potenciais interessados – pouco menos de dez mil dentro de uma população urbana [turinense] que beira os novecentos mil habitantes –, e os ativos, uma parcela verdadeiramente irrisória. Sobretudo, não parece haver diferenças significativas entre a participação on e off line: quem se interessa por um tema está disposto a aprofundá-lo tanto conectando-se à Rede quanto saindo de casa para encontrar outros interessados” (p. 107).

Além dos riscos conexos com o mau funcionamento, ou com o abuso da informática, as plataformas de democracia direta apresentam também outros problemas.

Stefano Rodotà temia o advento de uma “democracia contínua”²⁹, na qual o cidadão fosse constantemente solicitado a tomar posição sobre todos os temas em discussão na agenda política: essa visão pressupõe um cidadão onisciente e onipresente que não existe na realidade. Já em 1928, Carl Schmitt – um jurista insuspeito de simpatia pela democracia (representativa ou não) – escrevia: “Seria possível imaginar que um dia, por meio de engenhosas invenções, cada um dos homens, sem sair de sua casa, com um aparelho pudesse exprimir suas opiniões sobre as questões políticas, e que todas essas opiniões fossem automaticamente registradas por uma central, onde ocorre apenas o seu cômputo. Isso não seria, de fato, uma democracia particularmente intensa, mas somente uma prova a mais do fato de que Estado e publicidade [no sentido de âmbito público] seriam totalmente privatizados. Não haveria opinião pública alguma, já que a opinião a tal ponto unânime de milhões de privados não gera opinião pública alguma, o resultado é apenas uma soma de opiniões privadas” (p. 109 s.)³⁰.

A análise de Francesco Pallante chega a esta conclusão: “O limite mais fundamental da democracia direta não é somente de ordem prática, mas também conceitual. Mesmo em um mundo ideal, a ação democrática direta não seria uma perspectiva desejável”. Com efeito, “democracia é, em primeiro lugar, discussão. Não escolha. Mais que o resultado, conta o

²⁹ Stefano Rodotà, *Tecnopolitica. La democrazia e le nuove tecnologie della comunicazione*, Laterza, Roma - Bari 1997, p. 4 ss.

³⁰ Carl Schmitt, *Dottrina della costituzione*. Editorado por Antonio Caracciolo, Giuffrè, Milano 1984, p. 322.

procedimento” (p. 110). E o instrumento essencial da discussão, do debate político, é a transigência: “A finalidade deve ser encontrar a solução capaz de não deixar ninguém totalmente insatisfeito – e, por consequência, ninguém totalmente satisfeito” (p. 111).

Data de Submissão: 01/11/2021

Data de Aceite: 12/11/2021